

Fábio Zanon, no violão; Paulo Sérgio dos Santos, clarinete; Douglas Iuri, Edurado Monteiro, Débora Halasz e Rosana Diniz, no piano, e Osvaldo Jardim em regência, são os vencedores do prêmio Dell'Arte 87, que vão representar o Brasil em vários

concursos internacionais. As provas do concurso foram realizadas na semana passada, na Sala Cecília Meireles (RJ) e na presidência do júri esteve a empresária e musicista Myrian Dauelsberg. O apoio cultural foi da Petrobrás.

Constituinte será o fim do racismo?

RUBENS ARAUJO
Da Editoria de Cultura

A história da luta política dos negros pela igualdade de direitos no Brasil não é muito antiga. Se a Lei Aurea, em 1888, "garantiu" a liberdade para os escravos e se as constituições, desde o surgimento da República, declararam solenemente que "todos são iguais perante a lei", o fato é que os negros continuaram discriminados e tratados como descendentes de escravos e não como mais um brasileiro. Perto de uma nova Constituição, as comunidades e entidades negras organizaram um lobby para investir fundo na batalha pelo fim do racismo.

Dentro da Subcomissão dos Negros, Comunidades Indígenas, Deficientes Físicos e Minorias, que faz parte da Comissão da Ordem Social, as discussões giraram basicamente em torno da "isonomia", ou igualdade de direitos, e de como ela poderia ser assegurada na nova Carta.

Na segunda-feira passada terminou o prazo para as subcomissões entregarem seus relatórios com as propostas para as comissões a que pertencem. Naquele dia, as pressões e reivindicações dos negros deveriam passar para o papel. A deputada negra Benedita da Silva (PT-RJ), uma das representantes dos negros na Constituinte, disse que a subcomissão "tinha muitas propostas e todas muito importantes".

CRIME

Contudo, a deputada disse que algumas delas que vão cobrir exatamente as brechas na atual Constituição, que trata da questão racial sem muito aprofundamento e em apenas um artigo. Uma das principais se refere à punição para aquele que discrimina. No artigo 153, parágrafo primeiro, da Carta vigente, está escrito: "Será punido pela lei o preconceito de raça". A proposta da subcomissão repete esse artigo, tornando-o contudo mais radical. Aqui, a



DEBATE

A VERDADE SOBRE A ABOLIÇÃO — Debate com a presença dos deputados Paulo Paim (PT-RS), Benedita da Silva (PT-RJ) e os professores da UnB, Lourdes Teodoro e Edson Cardoso. Hoje às 19:30 horas, no Teatro da Praça, em Taguatinga. Promoção da Comissão do Negro do PT-Taguatinga.

discriminação passa a ser "um crime não afiançável".

A inovação da proposta da subcomissão está exatamente em considerar a discriminação como um crime lesa-humanidade e não como uma contravenção como é tratada até hoje, segundo a Lei Afonso Arinos, de 3 de julho de 1951. Essa lei ainda, ao contrário da que quer a subcomissão, permite que as pessoas paguem uma fiança irrisória. O próprio Afonso Arinos em entrevista recente à revista Veja, admitiu que sua lei é ineficiente.

Outra proposta da subcomissão diz respeito ao Poder Público. Segundo Benedita da Silva, ele obriga o poder público, "mediante uma programação específica", promover a igualdade econômica e social. Mais uma vez volta a cena o princípio de "isonomia", que aliás provocou acirradas discussões durante as reuniões da subcomissão. "Com uma proposta queremos o respeito por nossa sociedade, que é plurirracial e pluricultural", argumenta a deputada petista.

MONUMENTOS

Com relação à educação, a subcomissão propõe, além da garantia de que negros e minorias não serão barrados nas escolas por causa da cor, que a cultura afro faça parte dos currículos das escolas públicas. Entra aqui o interesse também pela recuperação da memória negra brasileira, relegada ao esquecimento. "Queremos também monumentos e estátuas para os nosso heróis", defende Benedita.

A deputada fala de pessoas como Zumbi dos Palmares, herói negro ausente em muitos livros de história e recuperado só recentemente por historiadores e cineastas; Maria Firmina dos Reis, autora de Ursula, livro de 1859, considerada por alguns como a primeira romancista brasileira, Mãe Aninha, ialorixá do primeiro candomblé a funcionar regularmente no Brasil, o de Engenho Velho, na Bahia, e a jornalista Antonieta de Souza, a primeira mulher negra a ser eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entre outras.

Benedita ressaltou também a proposta da subcomissão que procura garantir a terra para os remanescentes dos quilombos. A deputada acredita que todas as propostas deverão passar. Só assim a nova Constituição vai finalmente dar o espaço que os negros merecem na legislação brasileira, desde a malfadada Lei Aurea.

SALVE 13 DE MAIO?

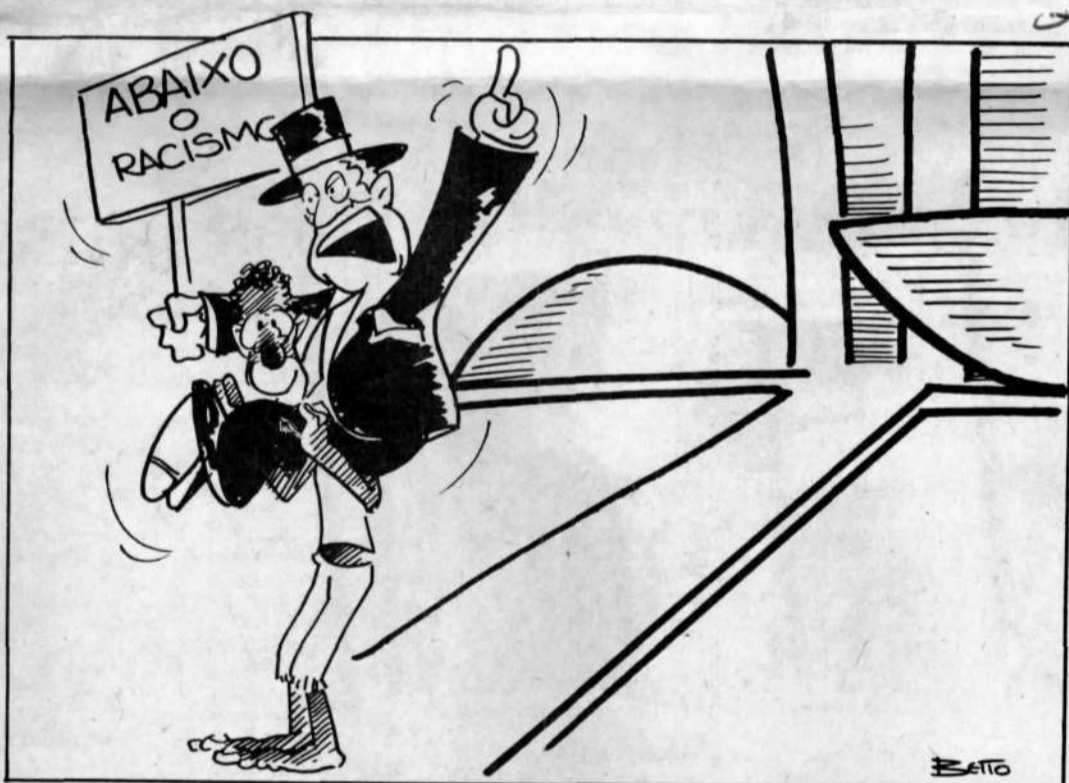


ONEGRO E A CONSTITUINTE



As idéias negras em jornais negros

Na defesa dos seus direitos e reivindicações os negros têm usado em todo o País uma série de publicações que vão desde jornais e revistas bem acabadas editorial e graficamente até simples folhetos, panfletos e jornais mimeografados. Pertencentes a movimentos organizados, associações e secretarias, quase todas criadas no advento da Nova República, a maioria dos jornais se divide entre a defesa política dos interesses dos negros na Constituinte e a defesa da cultura Afro-Brasileira. Todos os jornais têm também os acontecimentos na África como uma referência, por isso, é raro encontrar uma publicação "negra" que não fale do apartheid, da morte dos grandes líderes africanos, etc. Outra marca registrada de todas as publicações: dão sempre muita atenção à questão cultural e um destaque especial à música. Gilberto Gil e Benedita Silva são as figuras mais entrevistadas nestes primeiros meses do ano, em todas as publicações.



Raul de Xangô, "o mago mundano", é o pai-de-santo de um terreiro no Núcleo Bandeirante



Libertador de escravos

GERALDINHO VIEIRA
Da Editoria de Cultura

De alguma maneira continuamos todos escravos, ainda. Quase nada conhecemos de nossos senhores, ofuscados pelo medo da viagem à consciência. Seguimos, escravos, em infinitos círculos. Escravos das depressões, do desejo, do dinheiro, das paixões, do diabo, das bruxas e de deus. Somos menores que cada um desses sentimentos sempre que qualquer deles bata à nossa porta. Não aprendemos a ser apenas o hospedeiro que recebe, observa e despacha cada hóspede. Nos identificamos com os hóspedes, os acolhemos como se fossemos vírus eternos e acabamos nos tornando uma assembleia de sensações fragmentadas, conflitadas. Escravos da senzala que construímos

dia-a-dia no seio desta alienada trajetória humana.

13 de maio... escravos... libertação. Penso em Raúl de Xangô, o mago mundano, o homem, o viajante dos barulhos da rua e dos retiros espirituais. Penso em Raúl de todos os santos e na maneira místico-moleque com que, pouco a pouco como inverno que se aproxima, ajuda centenas e centenas de pessoas a enxergarem seus senhores internos e libertarem-se das amarras dos desejos e das frustrações. Penso hoje em Raúl de Xangô, libertador de escravos brasileiros e do mundo, só porque hoje é dia 13 de um mês de maio que virou marca de liberdade. E porque nem as estrelas ou os planetas, nem a terra ou os céus me permitirão falar em coincidência: é dia também do nascimento de Raúl. Axé!

De como a Princesa Isabel não fez nada pelos negros

ALEXANDRE RIBONDI
Da Editoria de Cultura

Não foi, com toda a certeza, uma forte convicção ideológica que levou a Princesa Isabel, que substituiu seu pai, D. Pedro II, no trono no Brasil, a assinar a Lei Aurea no dia 13 de maio de 1888. Muito pelo contrário, a estadista foi levada por necessidades de adaptar o País ao fim do século, que carecia de uma estrutura social mais maleável, onde os escravos deixassem de ser propriedade dos senhores e passassem a ser empregados. Assim, quando o período da escravatura chegou ao fim, o Brasil não tinha nenhuma forma de estrutura social que garantisse aos descendentes dos africanos uma integração ao mundo dos brancos e a Princesa Isabel, em nome de seu pai, criou, com um golpe de pluma, uma horda de mendigos e explorados que se espalharam por todo o País com a rapidez que a liberdade, esta sim, deveria ter.

No entanto, sem esquecer que os escravos foram libertados por conveniências dos estadistas e não pelas idéias de uma sociedade livre, o que poderia adiar a Lei Aurea indefinidamente, é curioso imaginar, passados 99 anos, como seria a fisionomia do Brasil sem a assinatura da Princesa Isabel. Os negros (à exceção dos que se refugiariam nos quilombos) estariam servindo aos brancos como cozinheiros, varredores de rua, limpadores de esgotos públicos, motoris-

tas, faxineiros e porteiros de prédios.

Alguns deles, sem dúvida, conseguiram posição de destaque, levados por esforços pessoais ou contingências favoráveis que lhes dessem a proteção dos brancos. Poderiam ser, eventualmente, jogadores de futebol, modelos fotográficos, manequins de beleza exótica, dançarinos em espetáculos de fortes cores tropicais e prostitutas requintadas. Mas correriam o risco, como os outros, de serem impunemente violentados pelos brancos, desrespeitados diariamente em seus direitos, de viverem em condições precárias de alojamentos e de não terem direito à saúde e à educação. Como o Brasil é um país socialmente desorganizado, muitos brancos também comeriam o mesmo pão amassado pelo diabo, mas teriam a possibilidade de escaparem à situação. Os negros, numa sociedade ideologicamente escravagista, jamais poderiam sonhar com outro modo de vida.

Portanto, no Brasil do final do século XX, a população negra continua a encarar a mesma situação que suportava antes do gesto da Princesa Isabel e nada mudou a cara da Nação. Isto porque a Lei Aurea foi apenas um pedaço de papel que entrou para a História com a estranha responsabilidade de criar condições sociais justas para uma extensa camada da população. Ideologicamente, porém, nenhuma atitude foi jamais tomada.